



NÔ CUDJI PAZ

OBSERVATÓRIO DA PAZ

Boletim sobre a Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau



FÓRUM LÍDERES RELIGIOSOS

11 DE FEVEREIRO DE 2026

A Guiné-Bissau lançou, no dia 11 de fevereiro de 2026, o Fórum dos Líderes Religiosos, reunindo cerca de cem representantes de diferentes crenças – muçulmanos, católicos, evangélicos e praticantes de religiões tradicionais – para criar um espaço permanente de diálogo e prevenir a radicalização. O evento, inserido na 12.ª Quinzena dos Direitos Humanos e apoiado por embaixadores da UE, Portugal, Espanha, Senegal, Suíça e CEDEAO, destaca a necessidade de vigilância coletiva para manter a excepcional paz religiosa do país. Os intervenientes sublinharam a urgência de preservar o património de tolerância guineense face às pressões transnacionais de polarização religiosa.

Durante o evento, foram aprovados os Termos de Referência do Fórum dos Líderes Religiosos — mecanismo com mandato para a mobilização ágil perante tensões emergentes — e distribuídos exemplares do livro «Vozes pela Paz», que reúne testemunhos de 13 personalidades nacionais e analisa a evolução histórica do diálogo inter-religioso no país.

[Leia a notícia nesta edição](#) ●

O QUE HÁ NESTA EDIÇÃO:

- Editorial - 2*
- Fórum Líderes Religiosos - 3*
- Jihadistas em África - 5*
- Vozes pela Paz - 6*
- Workshop Segurança na África Ocidental - 7*
- Reforçar a Literacia Religiosa - 9*
- Eliminação da Violência contra as Mulheres - 10*
- Educação Transformação Social - 11*
- Relatórios Analíticos - 12-13*
- Efemérides - 14-16*

EDITORIAL

Os Editores

Nesta edição, permitam-nos, aproximando-se o final do projeto, partilhar alguns resultados. O Nô Cudji Paz consolidou-se como uma plataforma de diálogo inter-religioso e de capacitação da sociedade civil em diálogo com as autoridades locais para a Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento (PREV) na Guiné-Bissau. Foram realizadas 47 ações de capacitação (formação, djumbais, seminários, encontros nacionais) que envolveram 4 303 participantes, incluindo 2 015 mulheres (46,8%). Destacamos a formação de 35 quadros técnicos dos Ministérios da Justiça, Interior, Administração Territorial e Poder Local. Formámos 66 jornalistas e técnicos de media. Realizámos 18 djumbais por todo o país com 1805 participantes (incluindo 928 mulheres; 51,4%). Realizámos um Encontro Nacional dos Jovens com 100 jovens (incluindo 50 raparigas) em 2023. Realizámos com as autoridades locais 3 Rodas de Mulheres, sempre com cerca de 200 mulheres por evento. O I Encontro dos Líderes Religiosos em 2022, e a assinatura da Declaração dos Líderes Religiosos para a Paz, foi seguida de várias ações de

formação, com destaque para a participação na Xª Conferência Regional dos Padres da África Ocidental (URPAO) em Bissau em 2024, com 40 padres de 10 países. Este processo conduziu ao lançamento do Fórum dos Líderes Religiosos conjuntamente com a apresentação do livro “Vozes pela Tolerância e pela Paz” no passado dia 11 de fevereiro (2026). Mais de uma dezena de produtos de conhecimento produzidos para informar os interessados na temática. Desde logo 91 programas de rádio com 36 emissões nas línguas locais. Destacamos o *Policy Paper: Opções de Resposta Política para a Crise de Segurança e Democracia na África Ocidental* ao qual daremos destaque nesta edição. Bem como um estudo sobre o fenómeno da PREV no país. Cerca de 3 dezenas de artigos publicados, dos quais pelo menos 6 para além das atividades, com foco em temas conexos com a PREV. Produzimos 2 relatórios analíticos sobre a situação da PREV no país. Bem como com esta edição 2 boletins informativos. Convidamos a que prossiga a leitura deste boletim em simultâneo com os conteúdos do nosso [website](#).

COM ESTE SEGUNDO BOLETIM, O OBSERVATÓRIO DA PAZ REAFIRMA O SEU COMPROMISSO NA CRIAÇÃO DE PONTES ENTRE OS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE, PROMOVEDO DIÁLOGOS CONSTRUTIVOS E AÇÕES COLABORATIVAS PELA PREV.





Fórum de Líderes Religiosos da Guiné-Bissau

Muralha simbólica de diálogo inter-religioso para prevenir o radicalismo na Guiné-Bissau.

Bissau, 11 de fevereiro de 2026 – Num país onde a adhan – a chamada para a oração – se entrelaça com os sinos das igrejas e as cerimónias ancestrais se celebram sem sobressaltos, a Guiné-Bissau ergueu esta quarta-feira uma muralha simbólica contra as correntes transnacionais de intolerância. No auditório do **Dunia Hotel Bissau**, sob um painel que evocava “Vozes pela Paz”, cerca de uma centena de líderes religiosos – imãs, padres e freiras, pastores evangélicos e balobeiros – selaram um compromisso histórico: **transformar décadas de convivência espontânea num fórum permanente de diálogo, capaz de antecipar e desativar os riscos de radicalização numa região cada vez mais vulnerável à polarização religiosa.**

O lançamento do Fórum dos Líderes Religiosos da Guiné-Bissau, conjugado com a apresentação da obra “Vozes pela Paz e Tolerância – Diálogo Inter-religioso e Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau” que documenta esta singular experiência de tolerância, não foi um mero ato protocolar. Inserido na **12.ª Quinzena dos Direitos Humanos**, e no âmbito do Observatório da Paz – Nô Cudji Paz (Nós Escolhemos a Paz), o encontro materializou uma transição crucial: da harmonia informal – que há décadas define o tecido social guineense – para um mecanismo estruturado de concertação interconfessional. Perante um auditório que refletia a própria diversidade do país, com **muçulmanos, católicos, evangélicos e guardiões das tradições animistas, técnicos de ONG e associações da sociedade civil, jornalistas, e membros do diplomáticos com representação no país** – o Embaixador da União Europeia, o Embaixador de Portugal, o Embaixador do Reino de Espanha, o Embaixador do Senegal, o Cônsul Honorário da Suíça, e a Representante da CEDEAO –, a testemunharem o momento, os oradores não pouparam alertas:

a “excecionalidade pacífica” da Guiné-Bissau na África Ocidental, onde os conflitos religiosos assolam os vizinhos como o Mali ou o Níger, não é um dado adquirido. É um património frágil, ameaçado por redes transfronteiriças que exploram as divisões identitárias – e que exige vigilância coletiva.

O **Embaixador da União Europeia (UE), Federico Bianchi**, que presidiu à cerimónia de abertura, afirmou: “tendes [líderes religiosos] uma responsabilidade especial neste combate. A vossa palavra orienta consciências, educa os jovens e fortalece valores morais. Ao promover a mensagem de paz, de justiça, de respeito pela vida humana e de rejeição da violência, tornam-se verdadeiros guardiões da estabilidade social.” O **Embaixador de Portugal, Miguel Cruz Silvestre**, afirmou que: “Reunimo-nos hoje para falar de paz (...) e fazemo-lo como um ato de consciência e como um ato de esperança consciente. (...) É a **esperança que nasce quando decidimos deliberadamente escolher o diálogo em vez da divisão, a palavra em vez da violência, o encontro em vez do afastamento.** É a esperança que diz, por vezes silenciosamente, que recusamos o medo como um destino comum.”

O **Padre António Imbombo, Vigário Episcopal da Diocese de Bissau**, em representação de todas as confissões religiosas, afirmou “lamentamos, têm emergido novos desafios à coesão social, marcados por contextos de instabilidade, circulação de discursos de ódio, tentativas de instrumentalização da religião para fins alheios aos valores espirituais.” J. Monteiro, do IMVF, cita David Brooks, vivemos uma «batalha entre as forças da desumanização e da humanização».

Bubacar Turé, Presidente da LGDH, apela à comunidade internacional que não deixe de apoiar a PREV no país.



VOZES PELA PAZ E TOLERÂNCIA

*Diálogo Inter-religioso e Prevenção
do Radicalismo e Extremismo Violento
na Guiné-Bissau*



NÔ CUDJI PAZ
OBSERVATÓRIO DA PAZ

Solicite um exemplar na
Casa dos Direitos, sede do
Observatório da Paz - Nô
Cudji Paz, em Bissau.

Em alternativa, leia a
versão digital - [aqui](#)





Jihadistas em África: os criminosos sem religião?

Guillaume Soto-Mayor

Há quase três décadas que a presença de grupos jihadistas armados tem impedido a paz na Somália, na Nigéria, na Líbia e especialmente no Sahel. **As hesitações políticas, os recuos diplomáticos e os erros dos militares ajudam no fracasso da luta contra o inimigo, Al-Qaeda, uma organização e grupo terrorista, que não mostra qualquer enfraquecimento.** Este grupo jihadista é a **herança de uma visão ideológica de ação coletiva resultante dos irmãos muçulmanos e do socialismo** levado por fundadores como o Sheikh Abdullah Azzam, como pelo teórico principal do jihad moderno Sayyid Qutb.

Qual é o objetivo desta organização em África? A missão de Al-Qaeda é estabelecer normas a fim de restaurar um mundo perdido, impor a “palavra de Deus” e reunir todos os muçulmanos sob a crença da unicidade de Deus (tawhid).

Numerosos testemunhos de jihadistas revelam-nos que eles seguiram uma educação religiosa nas unidades ou acampamentos de combatentes, chamadas de katibas, muitas vezes por parte do cádi ou de um veterano do jihadismo que também desempenha a função de tutor responsável pela formação ideológica dos militantes. Acreditam que apenas um esforço armado e violento, mas também de libertação espiritual, o jihadismo, é considerado como uma resposta adequada para libertar todas as comunidades muçulmanas do domínio dos seus opressores e levá-las de volta à prática da «verdadeira religião».

Que tipo de violência é usada? Todas as ideologias principais da Al-Qaeda defendem uma utilização moderada da violência. Numa situação de guerra, primeiro que tudo, as circunstâncias em que se usa a violência devem ser explicadas às populações, e deve ser oferecida

uma possibilidade de rendição e de conversa. A violência é proibida em casos de rendição pacífica. É também proibido matar civis desarmados, aqueles que não combatem o Islão ou que não fazem parte do perigo (mulheres e crianças). O vandalismo e o roubo são limitados a circunstâncias precisas e a lugares considerados anti-islâmicos. Tortura e mutilação de cadáveres é proibida. Os prisioneiros devem ser mantidos vivos e tratados com dignidade e se possível, trocados por dinheiro. Ordena-se o respeito, acima de tudo, pela paz ou pelo cessar-fogo. O saque de guerra é enquadrado como uma ferramenta ao serviço da jihad e da Umma, sendo apresentado não como crime, mas como um ato com finalidade ideológica. Por que não negociar com os terroristas? Os Estados normalmente recusam negociar com os terroristas, pois isso validaria esses indivíduos como seus iguais perante o cenário internacional.

Então, como é que se alcançaria a paz nesses países? Com a contribuição da criação de rotas de fuga sustentáveis para conflitos de violência e estudando as causas maiores e as motivações que guiam as ações dos jihadistas.

[Leia o artigo completo](#) ●





Vozes pela Paz e Tolerância

Diálogo Inter-religioso e Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento

Bissau, 11 de fevereiro de 2026 – No auditório do Dunia Hotel Bissau, sob um painel que evocava “Vozes pela Paz”, cerca de uma centena de líderes religiosos operacionalizaram o Fórum dos Líderes Religiosos da Guiné-Bissau. No mesmo evento foi lançado a obra “Vozes pela Paz e Tolerância – Diálogo Inter-religioso e Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau”.

Perante um auditório que refletia a própria diversidade do país, com muçulmanos, católicos, evangélicos e guardiões das tradições animistas, técnicos de ONG e associações da sociedade civil, jornalistas, e membros do diplomáticos, Bubacar Turé, presidente da LGDH apresentou formalmente a presente obra publicada no quadro do Observatório da Paz, tendo como editores principais Lassana Cassama e João Monteiro.

A obra oferece uma resenha histórica da evolução do diálogo inter-religioso no mundo, e analisa em particular o caso guineense. Porém, constitui-se como um chamada ativa para o combate ao discurso de ódio baseado na etnia ou religião, no combate ao radicalismo e extremismo violento, no apelo à paz e coesão social em tempos conturbados. E fá-lo diretamente através da escuta ativa de 13 personalidades, da política à sociedade civil, do poder local ao tradicional, dos direitos das mulheres ao diálogo inter-religioso.

São eles: Abulai Djaura, Aissato Camara Indjai, Aladje Infali Coté, Aladje Suleimane Baldé, Denise Ercília Cabral dos Santos Indeque, Elisa Tavares Pinto, Fernando Mandinga da Fonseca, Ismael Pedro da Silva, José Lampra Cá, Mateus Malu, Mussa Sani, Saico Embaló e Silvina Tavares. A evolução histórica do diálogo inter-religioso é caracterizada por um movimento gradual, a partir de encontros informais e interações culturais até a institucionalização de práticas e entidades que visam

promover a compreensão e o respeito entre as diferentes tradições religiosas. O diálogo inter-religioso não é um produto de uma única pessoa ou iniciativa, mas sim o resultado de séculos de interação e encontros entre diferentes culturas e religiões. A Reforma protestante do século XVI desempenhou um papel fundamental na gênese da liberdade religiosa. Para John Locke, “(...) nenhuma pessoa privada tem o direito de prejudicar de qualquer maneira outrem no gozo de seus direitos civis por ser este de outra Igreja ou religião.” Em 1893, o Parlamento das Religiões do Mundo inaugurou o nascimento formal do diálogo inter-religioso, reunindo em Chicago, no contexto da Exposição Mundial de Chicago, pela primeira vez, um conjunto significativo de representantes de diversas religiões para debater assuntos relacionados com os seus credos.

Na Guiné-Bissau foi realizado a 7 de junho de 1994, o primeiro Encontro da Paz, Diálogo e Fraternidade, que juntou representantes de todas as confissões religiosas do país com o objetivo de incentivar a promoção da paz e da coesão nacional, numa altura em que o país se preparava para a realização das primeiras eleições multipartidárias. A atual Constituição da República da Guiné-Bissau refere: 1- “A liberdade de consciência de religião é inviolável”; “2 - A todos é reconhecida a liberdade de culto, que em caso algum poderá violar os princípios fundamentais consagrados na Constituição”; “3 - É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticada, no âmbito da respetiva confissão” (art. 52.º da CGB). Defende o princípio da laicidade, proíbe os partidos de usarem denominações religiosas.

O diálogo é uma forma de estar, de ser e de viver o que cada um é e acredita. Sejamos todos mais tolerantes. ●



Workshop debate os desafios para a segurança e a democracia na África Ocidental

Realizado a 13 de março de 2025, em Bissau, o workshop «Diálogo sobre Segurança e Democracia na África Ocidental: Reflexões e Caminhos para a Ação» constituiu uma iniciativa do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau em parceria com o Observatório da Paz. O evento teve como cerne a apresentação do Policy Paper – «Opções de Resposta Política para a Crise de Segurança e Democracia na África Ocidental», documento analítico destinado a orientar respostas preventivas ao radicalismo e extremismo violento na sub-região.

A abertura contou com intervenções de representantes institucionais nacionais e internacionais, entre os quais Domingos Correia, que destacou o acompanhamento ativo do Ministério nos últimos três anos às iniciativas do Observatório da Paz, nomeadamente formações de atores nacionais, promoção do diálogo inter-religioso e educação cívica. O Diretor da Polícia Judiciária alertou para o crescimento de ameaças transversais — criminalidade organizada, terrorismo, corrupção e branqueamento de capitais — que comprometem o desenvolvimento e a estabilidade na África Ocidental, sublinhando que «o objetivo primário da democracia é assegurar que os conflitos resultantes das relações humanas sejam resolvidos de forma não violenta».

Carolina Quina, do IMVF, diagnosticou um período de «profundas transformações» na região, marcado pela «escalada alarmante de golpes de Estado, instabilidade política e ataques de grupos extremistas violentos», com o Mali, o Burkina Faso e o Níger particularmente afetados, enquanto os Estados costeiros como o Benim e a Guiné-Bissau enfrentam ameaças crescentes. Identificou como fatores estruturais de vulnerabilidade a fragilidade institucional persistente, a pobreza e a desigualdade, que criam «terreno fértil para a radicalização».

Destacou ainda que «a injustiça percebida, especialmente entre os jovens», aliada à falta de oportunidades económicas e marginalização política, funciona como principal catalisador para a adesão a grupos fundamentalistas.

Alex Vines, investigador do Chatham House, alertou para o «perigo de transbordo do flagelo do terrorismo no Sahel para os Estados costeiros», incluindo a Guiné-Bissau e, por extensão, a Europa. Contudo, salientou que os militantes sahelianos são «mais uma expressão dos conflitos locais do que de jihadismo internacional», explorando disputas por recursos naturais escassos, fraca representação política e perspetivas económicas anémicas, além de estarem profundamente envolvidos no crime organizado.

As recomendações centrais do Policy Paper privilegiam abordagens holísticas e de longo prazo: reforço da capacitação das forças de segurança e da justiça sem comprometer princípios democráticos; priorização da resposta humanitária e investimento em projetos de desenvolvimento subnacionais de pequena escala nas zonas mais afetadas; e inclusão ativa da juventude, sociedade civil, líderes religiosos e comunidades locais nos processos decisórios. O embaixador de Portugal, Miguel Cruz Silvestre, reforçou que «os esforços devem ser orientados por uma visão de longo prazo, com aposta clara na prevenção, na educação e no desenvolvimento socioeconómico». Por seu turno, o representante da União Europeia sublinhou a igualdade de género como pilar de sociedades resilientes.

Concluiu-se que, apesar dos desafios complexos, «o caminho para a paz e a democracia na África Ocidental é possível», exigindo «compromisso, cooperação e coragem» para adotar soluções que vão além do imediato e valorizem as boas práticas existentes — como o projeto Nô Cudji Paz.

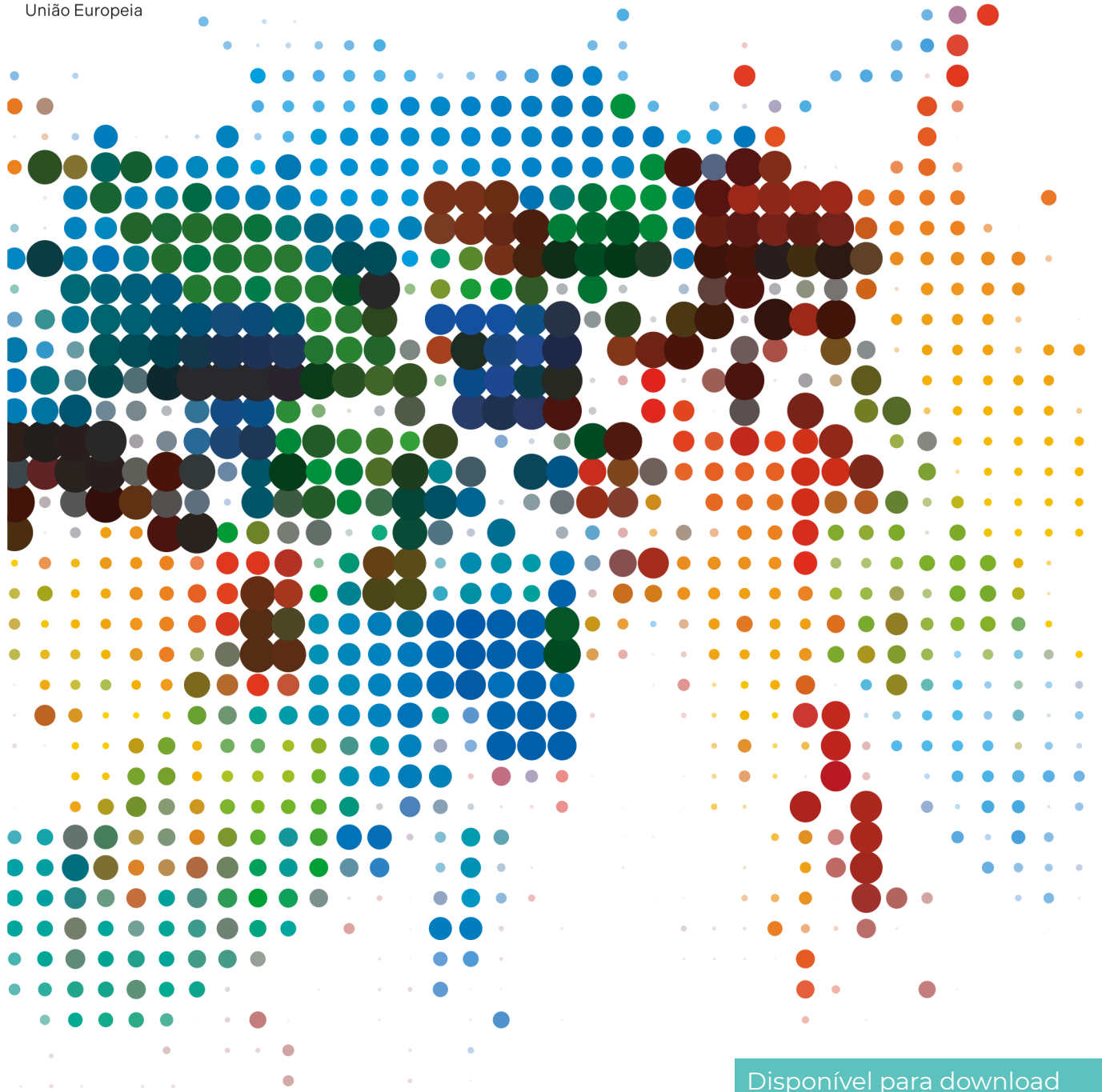
Cofinanciado por:

Implementado por:

Em parceria:



Financiado pela
União Europeia



Policy Paper: Opções de Resposta Política para a Crise de Segurança e Democracia na África Ocidental

Disponível para download
[aqui.](#)

Consulte o site [Observatório da Paz](#) para acesso à versão Inglesa e Francesa.

Reivindicar a Ortodoxia: Reforçar a Literacia Religiosa para Combater o Extremismo Violento

Muhammad Nuruddeen Lemu and Haleemah Oladamade Ahmad

O artigo “Reivindicar a Ortodoxia: Reforçar a Literacia Religiosa para Combater o Extremismo Violento”, de Muhammad Nuruddeen Lemu e Haleemah Oladamade Ahmad, analisa a escalada crítica do extremismo violento na África Subsariana. A violência intensificou-se principalmente no Sahel, Somália e Bacia do Lago Chade, onde grupos militantes islamistas exploram falhas governamentais, a escassez de recursos e a instabilidade política. Desde 2021, as fatalidades ligadas a este tipo de violência aumentaram quase 60%, tornando a África Subsariana responsável por 59% das mortes relacionadas com terrorismo em 2023. O epicentro deslocou-se para o Sahel Central, onde as mortes aumentaram drasticamente na última década e meia.

Os autores utilizam a analogia dos “buracos nas estradas” para ilustrar que, embora as ameaças sejam globais, as causas e soluções são locais. Tal como um camaleão, os Grupos Extremistas Violentos (VEGs) adaptam-se ao ambiente, apropriando-se de símbolos e linguagem religiosa para ganhar credibilidade. Apresentam-se como defensores de uma fé “pura”, acusando as instituições tradicionais de hipocrisia ou cumplicidade com estados opressivos. Como uma ratoeira, os materiais benignos são montados para esconder o perigo; semelhantemente, os VEGs contorcem elementos religiosos credíveis em constructos perigosos, dificultando o discernimento dos fiéis.

Uma mudança significativa nas motivações de recrutamento foi identificada. Embora a religião permaneça uma ferramenta narrativa, as queixas socioeconómicas são agora os principais motores. Segundo o PNUD (2023), as oportunidades de emprego tornaram-se uma razão primária para adesão, aumentando 92% desde 2017.

Principais razões para integrar um grupo extremista violento voluntariamente

Source: UNDP, 2023.



A ausência de serviços básicos, como educação e saúde em áreas rurais, cria um terreno fértil para o recrutamento, onde os grupos oferecem segurança e sustento económico.

O estudo do PNUD (2017) revelou ainda que a conduta dos atores de segurança do estado pode acelerar o recrutamento, em vez de o prevenir.

Consequentemente, as respostas puramente militares são insuficientes e podem agravar o problema. O artigo defende uma abordagem holística que inclua a boa governação, o desenvolvimento económico e a resiliência comunitária. Os líderes religiosos e as instituições desempenham um papel vital na desconstrução de ideologias extremistas, promovendo a tolerância e corrigindo interpretações distorcidas dos textos sagrados. A inclusão de atores locais é resumida no princípio: “Nada sobre nós sem nós!”.

Os autores propõem o conceito de “vacinação intelectual”. Através do ensino estruturado de jurisprudência islâmica e literacia teológica, as comunidades podem desenvolver o pensamento crítico para identificar manipulações ideológicas. Isso funciona como uma barreira moral contra o recrutamento. Fortalecer a literacia religiosa permite reclamar o discurso religioso daqueles que o distorcem para fins violentos.

Em conclusão, combater o extremismo violento exige equilibrar intervenções de segurança com investimentos estratégicos em desenvolvimento humano. Envolver os atores locais, incluindo os líderes religiosos, as mulheres e os jovens, é fundamental para criar alternativas viáveis à violência. Apenas através de uma estratégia multidimensional, que aborde as causas estruturais e ideológicas, será possível erodir o apelo do extremismo e cultivar uma paz duradoura na região.

“Se as injustiças alimentam o recrutamento, a boa governação e o desenvolvimento inclusivo são o antídoto.”

Muhammad Nuruddeen
Lemu and Haleemah
Oladamade Ahmad



Lutar para poder viver num mundo novo

Celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres

O artigo do Observatório da Paz, publicado em comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, estabelece uma ligação crucial entre a violência de género e os desafios mais amplos de paz, segurança e prevenção do extremismo violento na Guiné-Bissau e na África Subsariana. O texto parte de dados alarmantes: uma em cada três mulheres guineenses já foi vítima de múltiplas formas de violência perpetrada por homens, sendo que 80% destes casos têm origem no seio familiar, com o pai identificado como o principal agressor. Estes números revelam que a violência baseada no género não é um fenómeno marginal, mas uma realidade estrutural que compromete o desenvolvimento humano, a coesão social e a estabilidade política. A Guiné-Bissau enfrenta indicadores particularmente preocupantes. Segundo o Inquérito MICS 2021, cerca de 52,1% das mulheres entre os 15 e os 49 anos foram submetidas à mutilação genital feminina, com prevalências que atingem 95,8% na região de Gabú e 86,9% em Bafatá. O casamento precoce afeta 15,8% das raparigas entre os 15 e os 19 anos, enquanto 34% das mulheres consideram justificável a violência do parceiro em certas circunstâncias. Estes dados evidenciam que as normas sociais patriarcais e as práticas culturais enraizadas perpetuam ciclos de violência, criando um terreno fértil para outras formas de instabilidade, incluindo o recrutamento por grupos extremistas. Um dos aspetos mais relevantes do artigo é a análise da transição da violência para o espaço digital. À medida que o acesso à internet cresce na Guiné-Bissau, a violência contra as mulheres migra para as plataformas online. O abuso digital — que inclui assédio, difamação, divulgação não consentida de imagens e deepfakes pornográficos — não permanece confinado ao mundo virtual. Como sublinha Sima Bahous, diretora-executiva da ONU Mulheres, “o abuso digital transborda para a vida real, espalhando o medo, silenciando as vozes e, nos piores casos, levando à violência física e ao feminicídio”. Globalmente, 38% das mulheres já sofreram violência online e 90–95% dos deepfakes pornográficos são produzidos sem consentimento, tendo as mulheres como alvo principal.

Perante este cenário, o artigo defende uma resposta integrada que una prevenção da violência de género e combate ao extremismo violento. O Observatório da Paz já formou 2.015 mulheres, jovens e adultas, abordando o discurso de ódio online, mecanismos de recrutamento e a identificação de sinais precoces de radicalização. Paralelamente, está a ser finalizada a Estratégia Nacional de Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento (PREV-GB), que integra a perspectiva de género como eixo transversal. Esta estratégia reconhece que as mulheres, enquanto mães, irmãs, educadoras e líderes comunitárias, são simultaneamente vítimas e agentes transformadoras, capazes de desconstruir narrativas extremistas e promover a resiliência comunitária. O artigo enfatiza, assim, que fortalecer as mulheres e as associações femininas não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia de segurança eficaz e sustentável. Citando a Resolução 2242 do Conselho de Segurança da ONU (2015), o texto recorda que “a participação plena das mulheres é essencial para abordar as causas profundas do extremismo violento”. Quando as mulheres participam ativamente na vida comunitária e nos processos de decisão, os conflitos tendem a diminuir, a confiança social aumenta e as portas do extremismo fecham-se. A capacidade feminina de gerar diálogo, restaurar vínculos e reconstruir esperança constitui um antídoto poderoso contra a violência, seja ela doméstica, digital ou ideológica. Em conclusão, o artigo propõe que a eliminação da violência contra as mulheres seja entendido como um pilar fundamental da construção da paz. Combater práticas como a mutilação genital feminina, o casamento precoce e a violência digital exige não apenas legislação adequada, mas também investimento em educação, literacia mediática e empoderamento económico. A “vacinação intelectual” através da educação crítica é essencial para capacitar as comunidades a rejeitar narrativas violentas. Neste sentido, a inclusão das mulheres na prevenção do radicalismo e extremismo violento não é um acessório, mas uma condição indispensável para um mundo mais justo, seguro e pacífico.

EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Uma viagem pela Campanha tODxS

Em 1996, o Comité Delors propôs **quatro pilares de educação** para a UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Em conjunto, estes pilares definem um quadro para a promoção de valores humanísticos, um espírito de livre investigação científica, e arte e expressão criativa. Destas e de outras formas, **a oferta de educação promove a inclusão das pessoas na sociedade** e, também, no mundo como um todo. Um dos veículos mais poderosos para a inclusão da pessoa, através dos quatro tipos de aprendizagem delineados pelo Comité Delors, é a literacia. **A literacia coloca a pessoa em contacto com diversas perspectivas**, com uma polifonia de experiências que moldam a forma como raciocina sobre si própria e o mundo em torno dela. **Proporciona as qualificações para trabalharmos numa maior variedade de empregos**, em funções profissionais criativas, e dá-nos as ferramentas para participarmos como cidadãos na vida pública, para debater, construir e, assim, pertencer a uma comunidade política. Ajuda a evitar, individual e coletivamente, a pobreza multidimensional.

Em contrapartida, **o analfabetismo é um dos indicadores mais profundos de exclusão social**. Pode ser visto, especialmente em sociedades com elevadas taxas de alfabetização, como uma marca de vergonha. A persistência de analfabetismo, mesmo em sociedades com economias desenvolvidas, sugere que as agências públicas não estão a cumprir o seu mandato mais básico: a prestação de serviços públicos universal e cabalmente.

A importância fundamental da literacia está completamente reconhecida na Constituição da República da Guiné-Bissau, que, entre outras responsabilidades constituintes, assume como prioritária a promoção da educação. Nas palavras do 16º artigo, “O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental.”

A alfabetização tem, de facto, progredido enormemente na Guiné-Bissau, **com 53,9% da população**

alfabetizada em 2022, comparada com apenas 20% em 1979. Os dados suscitam, no entanto, **graves preocupações sobre a velocidade da alfabetização da sociedade**, a sustentabilidade da tendência geral de alfabetização, e a inclusão das mulheres neste processo. Apesar do progresso, não deixa de ser o caso que **quase metade da população da Guiné-Bissau permanece analfabeta**, proporção que tem vindo a aumentar desde 2015, quando “apenas” 40,2% da população era analfabeta. Além disso, o recenseamento geral da população e habitação da Guiné-Bissau de 2009 mostrou que **62,1% das mulheres não sabia ler**, enquanto a taxa para homens era de 34,1%. Mesmo entre os grupos mais recentemente educados, **entre os 16 e os 25 anos, só 62,5% de mulheres jovens são alfabetizadas**, comparado a 75,3% de homens jovens. Esta **gritante disparidade de género** mostra-nos que o fenómeno do analfabetismo está intrinsecamente ligado ao leque extremamente limitado de oportunidades de que as mulheres podem usufruir em sociedades tradicionalmente patriarcais. Para colmatar esta desigualdade, a Direção Geral da Alfabetização e Educação Não Formal (DGAENF) tem vindo a **oferecer programas de educação para milhares de adultos**, a maior parte de qual são mulheres. Mas a proporção de adultos a qual estes programas chegam é muito baixa, fazendo com que o analfabetismo permaneça um problema intergeracional, um problema de género, um problema de pobreza, com profundas ramificações para o desenvolvimento sustentável do país. Para além de educação e formação de adultos, a oferta de educação continua a ser limitada e pouco universal, na sua cobertura, para jovens guineenses. De acordo com a **UNICEF**, 87.000 crianças não completaram o ensino básico, 32.000 não completaram o 1º ciclo do secundário, e 40.000 não completaram o secundário. Saiba mais sobre estes desafios, tanto os estruturais como os quotidianos, com, **Mamadou Bori Baldé e Edson Incopté**.

[Para saber mais...](#) ●



“A EDUCAÇÃO É A ARMA MAIS PODEROSA PARA MUDAR O MUNDO”

NELSON MANDELA



Relatórios Analíticos Observatório da Paz

A situação do Radicalismo e Extremismo Violento (REV) na Guiné-Bissau

O “Relatório Analítico: a situação da REV na Guiné-Bissau”, publicado em setembro de 2025 pelo Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz*, apresenta uma monitorização abrangente dos fenómenos do REV no país entre fevereiro de 2024 e janeiro de 2025. O documento identifica 13 casos documentados de intolerância étnico-religiosa, discurso de ódio e violência comunitária, representando um aumento significativo face ao período anterior e evidenciando uma deterioração do clima de convivência cívica e inter-religiosa.

Destes casos, oito envolveram violência contra bens sagrados ou pessoas, enquanto cinco se relacionaram com discursos de ódio ligados à política nacional ou a tensões religiosas e étnicas latentes. Quanto ao risco de escalada, 62% dos episódios apresentam baixa probabilidade de agravamento, mas 38% podem evoluir para situações mais graves caso não haja intervenção comunitária, política ou judicial atempada. A relevância para acompanhamento é classificada como elevada em 15% dos casos, média em 77% e baixa em apenas 8%.

Geograficamente, as tensões distribuem-se por todas as regiões do país. No Setor Autónomo de Bissau e Biombo, registaram-se ataques a santuários da religião tradicional, conflitos fundiários com dimensão étnica, discurso de ódio contra a comunidade muçulmana e tensões intra-islâmicas entre diferentes correntes religiosas. Na Província Norte (Cacheu e Oio), destacam-se casos de expulsão forçada por abandono da religião, influência de imigrantes com interpretações radicais do Islão, tentativa de ataque a fiéis muçulmanos e o encerramento compulsivo de uma igreja evangélica em Cobiana. Na Província Leste (Bafatá e Gabú), o relatório alerta para o uso instrumental de retórica étnico-religiosa por figuras políticas, com declarações públicas que associam lealdade política a símbolos religiosos e identitários.

No Sul, conflitos comunitários em Quinara, motivados por disputas de terras e roubo de gado, resultaram em vítimas fatais e agravaram a desconfiança entre etnias.

A monitorização das redes sociais identificou quatro casos de discurso de ódio, classificados como de baixa ameaça mas relevância média, sublinhando a ausência de mecanismos institucionais de regulação de conteúdos online. Paralelamente, o relatório alerta para a porosidade das fronteiras, o narcotráfico e a fragilidade institucional como fatores estruturais que facilitam a instabilidade e a potencial infiltração de narrativas extremistas. Perante este cenário, o relatório formula nove recomendações estratégicas: reforçar a sensibilização comunitária e junto das forças de segurança; implementar formações especializadas em PREV a nível provincial; reativar os Tribunais de Setor para garantir o acesso à justiça; intensificar o diálogo em zonas de maior tensão; fortalecer a cooperação entre as autoridades policiais, o Ministério Público e o Observatório da Paz – *Nô Cudji Paz*; capacitar jovens e mulheres como agentes de prevenção; apoiar parcerias com organizações locais; estabelecer canais formais de comunicação com as autoridades de segurança; e desenvolver indicadores nacionais sobre radicalização baseados em evidências.

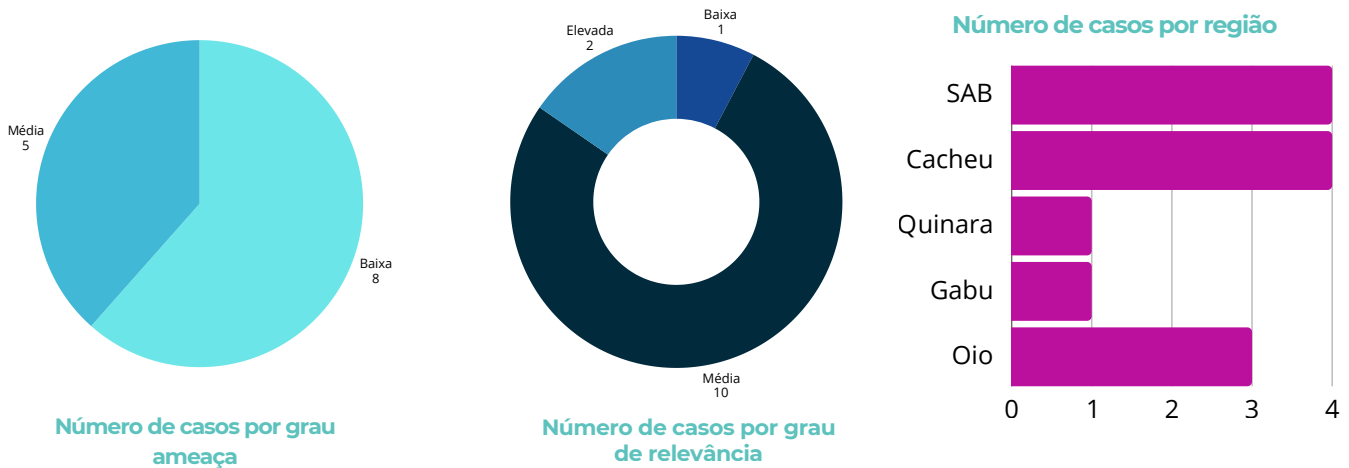
Em conclusão, apesar da tradição histórica de coexistência pacífica, a Guiné-Bissau enfrenta vulnerabilidades estruturais — instabilidade política, instrumentalização identitária, défice judicial e controlo fronteiriço insuficiente — que criam condições propícias à radicalização silenciosa. A prevenção do extremismo violento exige, portanto, uma abordagem integrada, baseada em direitos humanos e sensível ao contexto local, capaz de abordar as causas profundas da violência e não apenas os seus sintomas.

[continua...](#)

RELATÓRIOS ANALÍTICOS OBSERVATÓRIO DA PAZ

A situação do Radicalismo e Extremismo Violento (REV) na Guiné-Bissau

O Observatório da Paz monitorizou **13 casos intolerância étnica e religiosa com violência** na Guiné-Bissau. Os casos estão detalhadamente analisados e explicados no relatório referido na página 12 deste Boletim. Foram classificados por região e por grau de ameaça e de relevância de acordo com as suas particularidades. Abaixo estão alguns exemplos dos casos.



Ataque ao Santuário de Baloba de Djocum

Em fevereiro 2024, o santuário Baloba de Djocum, em Bandim (Bissau), foi incendiado por autores desconhecidos; os proprietários acusaram a Igreja Adventista, mas sem provas. O Observatório da Paz denunciou a violação da liberdade religiosa e pediu investigação. Três outros cultos tradicionais também foram queimados no mesmo mês na região do Setor Autónomo de Bissau (SAB).

Expulsão forçada por abandono da religião em Candjadja

Em novembro de 2024, na tabanka de Candjadja (Mansaba, Oio), o professor Bijagó Natalino, dono de terreno, converteu-se ao islamismo e depois abandonou a fé, sendo expulso à força pelos moradores da etnia mandinga, que removeram o telhado da sua casa e ameaçaram-no, sem intervenção das autoridades competentes.

Tentativa de ataque contra fiéis muçulmanos em Canchungo

A 13 de abril de 2024, num *djumbai* em Canchungo, foi relatado um episódio de extremismo 3 dias antes: um ajudante do um transporte público insultou os muçulmanos que rezavam a Tabaski, tentou atropelá-los e foi contido pela multidão; alguns reagiram com catanas. Não houve mortes, mas o caso evidencia a impulsividade, o risco de radicalização e os fracos mecanismos de prevenção da violência pública.

Intolerância inter-religiosa em Ingoré

Em Ingoré (secção de Bigene, Cacheu), a intolerância inter-religiosa afeta principalmente os praticantes da espiritualidade africana. Apesar de existir um grupo de concertação comunitária, as tensões diárias persistem: os muçulmanos recusam os alimentos de sacrifícios tradicionais por não seguirem as normas islâmicas, enfraquecendo a coesão e conduzindo os seguidores de outras crenças a evitarem eventos organizados por seguidores da religião tradicional (animismo).

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Aldeia de Culadje

Missão de Solidariedade e sensibilização

Uma delegação do Observatório da Paz – Nô Cudji Paz, realizou uma visita de solidariedade e de sensibilização à **comunidade de Culadjé**, na **região de Cacheu**, no norte da Guiné-Bissau, desencadeada pelo grave incidente ocorrido em 21 de fevereiro de **2024**, que resultou na **morte de oito pessoas**. As vítimas foram forçadas a ingerir uma substância líquida, supostamente destinada a identificar os alegados “feiticeiros”.

[Ler mais](#) ●



Dia Internacional para a Prevenção do Extremismo Violento

Reafirma-se a grande necessidade de uma abordagem mais global, mas também enraizada nas realidades locais.

A paz só será possível se enfrentarmos as causas do REV; promovermos sociedades equitativas, democráticas, inclusivas.

[Ler mais](#) ●



Mindará

Prevenção de Conflitos

Uma delegação do Observatório da Paz – Nô Cudji Paz, realizou uma visita à comunidade de Mindará para reforçar a coesão social. O gesto aconteceu na sequência do incêndio que destruiu o espaço de culto tradicional da comunidade.

Bubacar Turé condenou veementemente o incidente, classificando-o como um **“ato extremista”** com potencial para **prejudicar a coesão nacional e a convivência pacífica**.

[Ler mais](#) ●

DIA INTERNACIONAL DA PAZ

“A importância do diálogo inter-religioso na consolidação da paz e prevenção do radicalismo e extremismo violento”.

Aconteceu em 2024. O Observatório da Paz comemorou o Dia Internacional da Paz, a 21 de setembro desse ano, em Bissau, sob o tema “**A importância do diálogo inter-religioso na consolidação da paz e prevenção do radicalismo e extremismo violento**”.

Presidida pelo **Primeiro-Ministro** à época, Eng.º **Rui Duarte de Barros**, a cerimónia reuniu **161 participantes**, incluindo líderes religiosos das principais confissões do país — comunidades muçulmana, católica, evangélica e religião tradicional —, diplomatas, membros do governo e representantes da sociedade civil. O evento sublinhou os desafios regionais, nomeadamente a instabilidade no Sahel e o crescimento do extremismo violento na África Ocidental. O Primeiro-Ministro enfatizou que a paz constitui um esforço contínuo e que o desenvolvimento integral da Guiné-Bissau depende da promoção de uma cultura de paz fundamentada nos direitos humanos, na justiça e na inclusão. Rui Duarte de Barros destacou o papel do Observatório da Paz como iniciativa inovadora de diálogo, formação e reforço de capacidades junto de líderes religiosos, mulheres, jovens e jornalistas, expressando a expectativa do Governo em colaborar na elaboração de uma Estratégia Nacional de Prevenção do

Radicalismo e Extremismo Violento. B. **Turé**, Presidente da LGDH, afirmou que **a paz efetiva depende da garantia de serviços sociais básicos**: educação de qualidade, acesso à água potável, saneamento, energia, saúde, igualdade de género, inclusão, estabilidade governativa, proteção dos direitos humanos, combate à corrupção e acesso a uma justiça célere e independente. “É na resposta a estes desafios que construímos a paz”, concluiu. J. **Monteiro**, do IMVF, recordou que, num mundo interligado, a paz não pode ser tratada isoladamente. Embora resiliente, **a Guiné-Bissau não está imune às dinâmicas de instabilidade regional**, pelo que é crucial reforçar as instituições democráticas, combater a exclusão social e fomentar a educação e o desenvolvimento. Os **líderes religiosos** — representando o Islão, o Catolicismo, o Protestantismo e a Religião Tradicional — uniram-se num **apelo conjunto à paz**, reconhecendo sinais preocupantes de instrumentalização étnico-religiosa por parte de atores políticos. Representantes do corpo diplomático, incluindo a **Embaixada de Portugal**, a **União Europeia** e as **Nações Unidas**, **reafirmaram o compromisso de apoiar iniciativas nacionais** de prevenção do extremismo e de construção de uma cultura de paz baseada na justiça, igualdade e esperança.

Saiba mais ●

“CULTIVAR A PAZ SIGNIFICA FOCAR NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS, IMPULSIONAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS”.

GENEVIÈVE BOUTIN
COORDENADORA RESIDENTE DO
SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NA
GUINÉ-BISSAU.



X CONFERÊNCIA DA UNIÃO REGIONAL DOS PADRES DA ÁFRICA OCIDENTAL

»»» OBSERVATÓRIO DA PAZ CONVIDADO A PARTICIPAR NA URPAO - 2024

A URPAO – União Regional dos Padres da Africa Ocidental – reúne anualmente e rotativamente num dos países membros para refletir sobre o **processo de evangelização** e sobre a **situação sociopolítica**. Em 2024 foi organizada pela Associação do Clero Diocesano da Guiné-Bissau, e espera congregar **mais de 200 participantes**, para discutir o tema de “**o papel profético dos padres face à intolerância e à instrumentalização étnico-religiosa na África Subsaariana**”.



»»» INTERVENÇÕES

Moustapha Welle, em representação do **Instituto Timbuktu**, um think tank senegalês com experiência na temática, foi o orador convidado e falou sobre o **surgimento e as ramificações de diferentes grupos extremistas** que operam na África Ocidental.

Os grupos que praticam o extremismo violento **aproveitam as fragilidades dos países** e para prevenir o fenómeno, Welle sugeriu várias medidas: governação inclusiva; combate à corrupção; distribuição equitativa dos recursos públicos; sensibilização das comunidades sobre a cultura da paz, justiça, e direitos humanos; e adequação do sistema educativo, entre outras...

[Ler mais](#) ●



NÔ CUDJI PAZ
OBSERVATÓRIO DA PAZ

A Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na X Conferência da União Regional dos Padres da África Ocidental

- 4 junho | 10h30 | 2024
- Cerimónia de abertura
- Hala Hotel, Bissau





FICHA TÉCNICA

Edição

Instituto Marquês de
Valle Flôr (IMVF)
Liga Guineense dos
Direitos Humanos
(LGDH)

Coordenador Editorial

João Monteiro

Colaboradores

Bubacar Turé
Claudina Viegas
Leonor Sá da Bandeira
Patrícia Carmo

Fotografia

Mário Cruz
Marino da Costa
IMVF
LGDH

DESIGNER GRÁFICO

João Monteiro

CONTACTOS

- observatoriodapaz.org
- linktr.ee/nocudjipaz

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Disclaimer:

Esta publicação foi editada no âmbito do projeto “Observatório da Paz”, financiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) em parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH).

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não devem ser atribuídas a qualquer outra pessoa ou instituição, nomeadamente à União Europeia e ao Camões, I.P.



NÔ CUDJI PAZ

OBSERVATÓRIO DA PAZ

Cofinanciador



Financiado pela
União Europeia





NÔ CUDJI PAZ

OBSERVATÓRIO DA PAZ

Cofinanciador



Financiado pela
União Europeia

